

Sexualidades, gravidez e juventude: relações sociais e educativas, organizado por Laura Fonseca e Sofia Santos. Porto: Edições Afrontamento, 2015, 312 pp.

Preciosa Fernandes

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal

O livro organizado por Laura Fonseca e Sofia Santos sobre a problemática *Sexualidades, Gravidez e Juventude* resulta de um projeto de investigação que tem como foco educacional de pesquisa «formas como as sexualidades são aprendidas, ensinadas, pensadas e vividas pela juventude que está, ou deveria estar, a receber a escolaridade no meio dos seus pares» (p. 11). Para além do capítulo I, relativo à introdução, o livro está organizado em três partes: Parte I – *Compreender a Maternidade e Sexualidades Jovens*; Parte II – *Interpretar Gravidez Jovem: Biografias, Experiências e Contextos* e Parte III – *Interpretar Sexualidades Jovens: Vozes, Narrativas e Debates Educativos*. Da parte I constam os capítulos II e III, respetivamente, «*Maternidade jovem num mundo de maternidade em mudança*», da autoria de Mary Jane Kehily e «*Corpos, Sexualidades e Educação: novas políticas?*», da autoria de Guacira Lopes Louro. A Parte II integra: o capítulo IV, «*Percursos de gravidez/maternidade e parentalidade jovem: risco, vulnerabilidade, pânico ou projecto?*» de Laura Fonseca, Sofia Santos, Joana Barbara, Ana Cláudia Freitas e Norberto Ribeiro; o capítulo V *Biografias de gravidez/maternidade jovem: experiências de educação e cidadania sexual e íntima?*, de que são autoras Helena Araújo, Laura Fonseca e Sofia Santos e o capítulo VI, *Biografias de jovens grávidas e mães em contextos de protecção social: percursos e questões educativas*, da autoria de Laura Fonseca e Sofia Santos. A parte III inclui: o capítulo VII, *Nós não somos educados a falar disso e a dar nome às coisas»: vozes e perspectivas jovens*, cuja autora é Sofia Santos; o capítulo VIII, *Sexualidades e Educação sexual na escola: perspectivas e protocolos sexuais de jovens*, com autoria de Paulo Nogueira; o capítulo IX, *Culturas sexuais de estudantes: debates sobre mudanças, sexualidades, género e diversidade sexual*, de Laura Fonseca e Ana Raquel Simões e o capítulo X, dedicado à *Gravidez/maternidade e Sexualidades jovens: questões sociais e educativas*, que configura as conclusões da obra e de que são autoras Laura Fonseca e Sofia Santos.

As temáticas abordadas são de enorme complexidade o que torna a obra inquietante, extremamente pertinente e atual. Inquietante, por ser um texto que

dá voz a jovens, privilegiando o discurso na 1ª pessoa, confrontando-nos com percepções sobre sexualidades e saúde sexual, e com trajetórias de vidas muito vulneráveis das quais fazem parte a experiência precoce de gravidez e de maternidade. Pertinente e atual porque traz à tona argumentos teóricos e empíricos que contribuem para pensar «fora da caixa» as sexualidades e a gravidez na juventude e, assim também, para a construção de novas mentalidades. São muitos, e interessantes, os tópicos em debate. Por essa razão, detenho-me em aspetos para os quais esta obra chamou mais a minha atenção esperando provocar nos e nas leitores/as o desejo de aprofundar a leitura de todo o texto.

Num primeiro olhar destaco a relação da adolescente grávida com o corpo. Sofia Santos, refere a propósito «que o barrigão numa adolescente é visto como um desafio à moral» (p. 136) desaprovado pelas famílias, pela escola e pela sociedade em geral esquecendo-se, digo eu, o quanto significa para a jovem adolescente a condição de gravidez, e os diferentes processos de transição por que passa. Estar grávida é seguramente diferente de ser mãe: a responsabilidade de passar a ser «cuidadora da criança» compromete o curso natural do desenvolvimento da adolescente e, a maior parte das vezes, a sua trajetória escolar (capítulo 6). Isto significa que do ponto de vista educacional, e é esse que se destaca aqui, os aspetos de ordem social, psicológica e emocional precisam de ser equacionados para que, por um lado, a solução não tenda a ser a de institucionalização das jovens insistindo-se, tal como revelam as jovens entrevistadas, na sua recriminação e estigmatização social, e interrompendo-se o seu percurso escolar e, por outro, se continue a «silenciar a paternidade». A este propósito, Sofia Santos chama a atenção para o facto de a paternidade ser percecionada nos discursos femininos e masculinos como uma *opção* que é dada aos rapazes e não como um dever a assumir, como acontece às raparigas, levando-os a «fugirem da responsabilidade» e a ignorarem a possibilidade de uma *co-responsabilidade* parental (p. 133). Esta situação, parece também significar uma certa apropriação pelos rapazes de um modelo social que os legitima a «fugirem» dessa responsabilidade parental; um modelo social onde «cabe» a figura de mães solteiras e está ausente a figura de pais solteiros, e em que à mãe compete cuidar dos filhos, tal como demonstram as narrativas biográficas das jovens adolescentes apresentadas nos capítulos 4 e 5.

Esta questão relaciona-se também com a saúde sexual e o planeamento familiar que na opinião da autora têm de «ultrapassar o duplo padrão que coloca as mulheres como naturalmente mais responsáveis, vítimas e ausentes de desejo sexual, em oposição aos homens irresponsáveis e sem controlo sobre si» (p. 145), embora como mostram os dados, esta visão negativa do pai adolescente seja já contestada por alguns rapazes que alertam para a vontade de partilha e de co-responsabilidade no processo de gravidez, e no uso de contraceção.

Destaco, nesta linha, a ideia que dá conta do «escasso impacto que a informação transmitida nos contextos de saúde, educação e mesmo nos *media* tem na transformação das práticas sexuais, e a ideia de que os discursos jovens se mostram

impermeáveis às indicações médicas por uma saúde sexual mais eficaz» (p. 146). Importará, pois, pensar porque continuam os e as jovens a não estar informados? Porque continuam a viver uma *cultura de risco*? *A não ter* uma atitude consciente e responsável relativamente às infeções sexualmente transmissíveis, tal como revelaram as/os entrevistadas/os?

Trazendo a discussão para o interior da escola, com as autoras somos levadas a interrogar-nos por um lado sobre o papel que tem tido a escola neste domínio (p.194) e, por outro, porque continuam os jovens impermeáveis às informações sobre saúde sexual e educação sexual que são transmitidas na escola? E estas interrogações são tão mais importantes quando os dados revelam que para uns a escola é o *sítio ideal e legítimo* para se adquirir conhecimento sexual e aprender os *protocolos sexuais e de género* (p. 195)... *e para outros é* um espaço de vigia e de recriminação, que os aprisiona nas suas manifestações sexuais e de afeto. Como sublinha Paulo Nogueira, no capítulo 7 deste livro, «mesmo flutuando entre *redes* cada vez menos controláveis pela Escola, as relações genderizadas de poder e de expressão das sexualidades jovens manifestam-se e reproduzem-se no espaço escolar, o que justifica repensar, para a actualidade, os alcances e as finalidades da educação sexual na escola pública (*ibidem*). Reconhecendo capital importância ao papel da escola na educação sexual considera, no entanto, que os debates sobre educação sexual que nela têm acontecido se limitam a modelos de educação assentes na transmissão de saberes biológicos e/ou contraceptivos não valorizando, e não integrando, outras propostas de conhecimento que os e as jovens produzem e manifestam na escola. Concordando com o autor, também no capítulo 8, Laura Fonseca e Ana Raquel Simões se posicionam nesta mesma linha ao defenderem a importância de se reconhecerem as culturas sexuais dos estudantes e ao considerarem que esse reconhecimento oferece um ponto de partida para os professores, ao mesmo tempo que sustenta o trabalho educativo da escola.

Em face das ideias aqui destacadas estaremos de acordo sobre a importância desta obra enquanto dispositivo esclarecedor de pensamentos e perspectivas teóricas e despoletador de atitudes de maior consciencialização sobre estereótipos, preconceitos e atitudes homofóbicas sobre sexualidades. Uma obra que ajuda a pensar sobre o trabalho já feito por muitas escolas ao mesmo tempo que prospectiva novas reflexões quanto à mudança de mentalidades e à amplitude e melhoria de práticas de educação sexual nas escolas. Uma obra que estimula a que essa amplitude e melhoria sejam, desejavelmente, feitas com os contributos dos jovens que, de modo transversal, manifestaram querer educação sexual e deram pistas para a reformulação de estratégias, nomeadamente reclamando um espaço que lhes permita ficarem mais «à vontade» para falarem sobre si e sobre a sua sexualidade.

Considerando que no que toca ao papel da escola muito trabalho já tem sido feito, importará, todavia, refletir sobre o modo como tem sido feito esse trabalho nas escolas e sobre os impactos que tem tido na formação dos e das jovens. A circulação nas escolas de discursos moralistas, a que não é alheio o facto, como

sublinham Laura Fonseca e Ana Raquel Simões, de sermos um país católico que vivenciou durante quatro décadas grandes repressões morais e sexuais poderá constituir um constrangimento na abordagem destas problemáticas. Ter consciência desta situação é já um grande passo em frente.

Estamos, como referi, perante uma obra inquietante. Inquietante porque nos confronta com os nossos próprios preconceitos provocando a auto-reflexão e a aprendizagem. Estamos perante uma obra que, indiscutivelmente, fornece um conjunto de instrumentos teóricos e elementos empíricos que ajudam a compreender temáticas tabus, incitando a novas leituras potenciadoras de abordagens educacionais orientadas por princípios de uma cidadania ampla e de respeito pelos direitos de cada pessoa. Uma obra que constituirá um importante contributo para todos os/as educadores/as, professores/as, pais/mães e Encarregados/as de Educação, cidadãos e cidadãs em geral.

Em síntese, uma obra que é atravessada por um questionamento de fundo e que vai deixando importantes reptos, uns mais explícitos do que outros, que ajudam a resignificar os modos de pensar as sexualidades e a perspetivar processos de intervenção educacional pautados por uma cidadania ampla e dos direitos.

Filosofia e Género. Outras narrativas sobre a tradição ocidental, de Fernanda Henriques. Lisboa: Edições Colibri, 2016, 256 pp.

Maria do Céu Pires

Doutora em Filosofia, Centro LABCOM. IFP, Núcleo da Universidade de Évora, Portugal.

Trazer o que sempre esteve nas margens para o centro – será esta a tarefa da Filosofia? Pensar o que ainda não foi pensado, pensar de outro modo o já pensado – será esta uma das incumbências da Filosofia, hoje? Estou em crer que sim. Porque, em mais de dois mil anos de História, a universalidade procurada foi (quase) sempre parcial, excludente de grupos e de indivíduos remetidos para uma sombra de *não-existência*. As *margens* foram poucas vezes pensadas. Mesmo quando, em termos numéricos, correspondiam a metade da Humanidade.

Importa, então, dar estatuto de «cidadania filosófica» a temas e a problemas que, com frequência, foram considerados menores ou secundários.

É isso que Fernanda Henriques ao longo do seu percurso de muitos anos de investigação tem realizado: apresentar uma outra leitura da História e, particularmente, da História da Filosofia. A obra *Filosofia e Género. Outras narrativas sobre a tradição ocidental*, publicada no final de 2016, surge como um ponto alto dessa trajetória.